

Ribeirão Preto, 01 de março de 2018.

À

UNIMED SÃO CARLOS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

São Carlos - SP

Atenção do Senhor: **Daniel José Mendes Canedo**

Diretor Presidente

Prezados Senhores

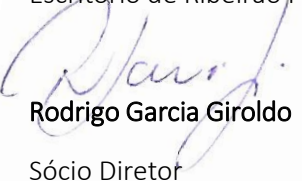
Apresentamos o relatório que contém as demonstrações financeiras da **Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico**, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

Colocamo-nos à disposição de V.S.as. para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários, e subscrevemo-nos.

Atenciosamente.

BLB Auditores Independentes

Escritório de Ribeirão Preto - SP


Rodrigo Garcia Giroldo

Sócio Diretor

UNIMED SÃO CARLOS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 E O RELATÓRIO
DO AUDITOR INDEPENDENTE

Março de 2018

UNIMED SÃO CARLOS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 E O
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

SUMÁRIO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	2-4
BALANÇOS PATRIMONIAIS	5-6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	11

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Cooperados da

UNIMED SÃO CARLOS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

São Carlos - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico** (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos de possíveis ajustes que poderiam advir do assunto descrito na seção a seguir intitulada “base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

1. Conforme mencionado na nota explicativa 07, a Cooperativa, com base nas Instruções Normativas DIOPE nº 20, de 20 de outubro de 2008 e DIOPE nº 48, de 19 de outubro de 2011, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que definiu a forma das Operadoras de Planos de Saúde contabilizarem as obrigações legais, mantém registrado no passivo circulante e não circulante “Tributos e Contribuições a recolher – parcelamento”, com correspondência, ao ativo não circulante “título de créditos a receber de cooperados” o valor de R\$ 37.955 mil, em 31 de dezembro de 2017. Tal valor será exigido dos cooperados à medida que a Cooperativa tenha de pagar as obrigações legais registradas no passivo circulante e não circulante. Considerando que se trata de um ativo ainda não devidamente formalizado e individualizado, cuja sua realização está vinculada a demandas passivas, a sua recuperação pode ser classificada como duvidosa e, portanto, sujeito a provisão para perdas. Conseqüentemente, o ativo circulante e não circulante e o patrimônio líquido estão apresentados a maior no valor de R\$ 37.955 mil, devido ao não reconhecimento da provisão para perdas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 09 de fevereiro de 2018.

UNIMED SÃO CARLOS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em reais

	Nota	2017	2016
	explicativa		
Ativo circulante		64.179.960	56.253.178
Disponível		667.134	417.697
Realizável		63.512.826	55.835.481
Aplicações	4	46.613.386	29.520.360
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		26.036.793	29.520.360
Aplicações livres		20.576.593	-
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	5	2.455.786	3.114.028
Contraprestação pecuniária a receber		2.349.901	2.984.943
Outros créditos de oper. c/ planos de assist. à saúde		103.656	90.885
Operadoras de planos de assistência à saúde		2.229	38.200
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora		5.661.720	5.975.081
Créditos tributários e previdenciários		4.341.744	4.577.459
Bens e títulos a receber	6	4.183.258	6.950.258
Despesas antecipadas		29.837	32.430
Conta corrente com cooperados	7	227.095	5.665.865
Ativo não circulante		113.082.080	88.927.386
Realizável a longo prazo		38.988.599	37.138.094
Depósitos judiciais e fiscais	6	1.033.781	1.012.582
Conta corrente com cooperados	7	37.954.818	36.125.512
Investimentos	8	3.443.495	2.953.614
Participações societárias – investimentos no país		3.443.495	2.953.614
Imobilizado	9	68.102.812	45.053.415
Imóveis de uso próprio – hospitalar		22.238.871	5.031.823
Imóveis de uso próprio – não hospitalar		6.699.573	7.004.545
Bens móveis – hospitalar		8.594.049	7.061.261
Bens móveis – não hospitalar		4.268.936	5.068.085
Outras imobilizações – hospitalar		22.161.946	16.563.162
Outras imobilizações – não hospitalar		4.139.437	4.324.539
Intangível	10	2.547.174	3.782.263
Total do ativo		177.262.040	145.180.564

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIMED SÃO CARLOS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em reais

	Nota	2017	2016
	explicativa		
Passivo circulante		54.651.110	54.236.548
Provisões técnicas de oper. de assistência à saúde	11	23.210.436	24.574.202
Provisão para remissão		457.581	447.731
Provisão de eventos a Liquidar para SUS		4.710.412	3.953.889
Provisão de eventos a liquidar		10.955.918	10.765.932
Provisão de eventos ocorridos e não avisados		7.086.525	9.406.650
Débitos de operações de assistência à saúde		21.029	31.341
Débitos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora		2.006.304	2.201.996
Provisões	14	21.881	1.995.220
Tributos e encargos sociais a recolher	12	10.000.968	8.875.952
Empréstimos e financiamentos a pagar	13	4.252.558	5.439.415
Débitos diversos	15	14.570.563	10.604.860
Conta corrente de cooperados		567.371	513.562
Passivo não circulante		68.140.226	64.170.912
Provisões técnicas de oper. de assistência à saúde	11	2.832.148	2.896.254
Tributos e enc. sociais a recolher – parcelamento	12	32.217.989	36.125.512
Empréstimos e financiamentos a pagar	13	20.184.645	23.102.645
Provisões	14	2.836.565	2.046.501
Débitos diversos	15	10.068.879	-
Patrimônio líquido		54.470.704	26.773.104
Capital social	16	14.242.323	14.100.212
Reservas	16	20.067.097	16.637.603
Reservas de reavaliação		2.078.347	2.206.727
Reserva de sobras		17.988.750	14.430.876
Sobras (perdas) para deliberação da AGO	17	20.161.284	(3.964.711)
Total do passivo e patrimônio líquido		177.262.040	145.180.564

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIMED SÃO CARLOS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em reais

	Nota explicativa	2017	2016
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		290.176.475	261.633.604
Contraprestações líquidas	18	296.686.769	265.508.622
Variação das provisões técnicas		(263.332)	(1.356.826)
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(6.246.962)	(2.518.192)
Eventos indenizáveis líquidos		(223.754.546)	(220.500.185)
Eventos conhecidos ou avisados	19	(226.074.671)	(223.584.050)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		2.320.125	3.083.865
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		66.421.929	41.133.419
Outros ingressos operacionais de planos de assistência à saúde		405.087	486.724
Outros ingressos de operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		59.033.580	55.800.557
(-) Tributos diretos de outras ativ. de assist. à saúde		(88.618)	(77.651)
Outras despesas operacionais		(15.308.842)	(11.123.397)
Provisão para perdas sobre créditos		(1.881.085)	(1.395.369)
Programas de Promoção da Saúde e Prev. de Riscos e Doenças		(2.668.542)	-
Outras		(10.759.215)	(9.728.028)
Outros dispêndios de operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		(47.663.990)	(54.023.930)
Resultado bruto		62.799.146	32.195.722
Despesas de comercialização		(712.484)	(978.527)
Despesas administrativas		(37.900.387)	(36.084.524)
Resultado financeiro líquido		(492.241)	1.625.794
Receitas financeiras	20	4.742.695	3.916.938
Despesas financeiras	20	(5.234.936)	(2.291.144)
Resultado patrimonial		631.721	233.168
Receitas patrimoniais		667.481	444.388
Despesas patrimoniais		(35.760)	(211.220)
Resultado antes dos impostos e participações		24.325.755	(3.008.367)
Imposto de renda e contribuição social – corrente		(543.673)	(931.278)
Imposto de renda e contribuição social – diferido		283.394	-
Participações sobre o lucro		(474.698)	(184.719)
Resultado líquido		23.590.778	(4.124.364)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIMED SÃO CARLOS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em reais

	2017	2016
Resultado líquido	23.590.778	(4.124.364)
Realização da reserva de reavaliação	128.380	78.186
Resultado abrangente do exercício	23.719.158	(4.046.178)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIMED SÃO CARLOS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em reais

	Capital social	Reserva de reavaliação	Reserva de sobras		Sobras (perdas) à disposição da AGO	Total do patrimônio líquido
			Fundo de reserva	RATES		
Saldos em 1º de janeiro de 2016	13.796.896	2.284.913	12.838.671	81.467	1.592.205	30.594.152
Destinação do resultado conforme AGO de 15/3/2016:						
Transferência do resultado para fundo de reserva	-	-	1.592.205	-	(1.592.205)	-
Integralização por admissão	429.800	-	-	-	-	429.800
Baixas de capital	(126.484)	-	-	-	-	(126.484)
Realização da reserva de reavaliação	-	(78.186)	-	-	78.186	-
Utilização do Rates	-	-	-	(81.467)	81.467	-
Resultado líquido	-	-	-	-	(4.124.364)	(4.124.364)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	14.100.212	2.206.727	14.430.876	-	(3.964.711)	26.773.104
Destinação do resultado conforme AGO de 15/3/2017:						
Perdas recebida dos cooperados	-	-	-	-	3.964.711	3.964.711
Integralização por admissão	403.375	-	-	-	-	403.375
Baixas de capital	(261.264)	-	-	-	-	(261.264)
Realização da reserva de reavaliação	-	(128.380)	-	-	128.380	-
Sobra do exercício	-	-	-	-	23.590.778	23.590.778
Constituição de reservas estatutárias	-	-	2.371.916	1.185.958	(3.557.874)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	14.242.323	2.078.347	16.802.792	1.185.958	20.161.284	54.470.704

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIMED SÃO CARLOS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em reais

	2017	2016
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de plano de saúde	360.872.656	313.524.659
(+) Resgate de aplicações financeiras	605.573.568	196.489.579
(+) Recebimento de juros de aplicações financeiras	3.590.666	2.683.789
(+) Outros recebimentos operacionais	11.217.794	7.348.963
(-) Aplicações financeiras	(631.946.458)	(188.213.602)
(-) Pagamentos a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(219.535.261)	(221.774.550)
(-) Pagamento de comissões	(724.080)	(424.013)
(-) Pagamento de pessoal	(46.754.550)	(46.486.794)
(-) Pagamento de Pró-labore	(2.863.041)	(3.165.760)
(-) Pagamento de serviços técnicos	(9.526.226)	(7.424.229)
(-) Pagamento de tributos	(16.798.702)	(14.456.670)
(-) Pagamento de contingências	(5.773.728)	(5.068.727)
(-) Pagamento de aluguel	(288.321)	(1.352.948)
(-) Pagamento de promoção/publicidade	(771.964)	(1.086.674)
(-) Outros pagamentos operacionais	(22.951.162)	(25.460.986)
Caixa líquido das atividades operacionais	23.321.191	5.132.037
Atividades de investimentos		
(+) Recebimento de venda de investimentos	59.632	23.076
(+) Recebimento de Dividendos	96.330	-
(+) Outros Recebimentos das Atividades de investimento	55.000	-
(-) Pagamento de Aquisição de ativo imobilizado – Hosp.	(435.878)	(7.053.665)
(-) Pagamento de aquisição de ativo imobilizado – outros	(15.258.585)	(516.260)
(-) Outros pagamentos de Investimentos	-	(85.917)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(15.483.501)	(7.632.766)
Atividades de financiamento		
(+) Integralização de capital em dinheiro	-	40.000
(+) Recebimento Empréstimos/Financiamentos	4.000.000	18.457.175
(+) Outros recebimentos de atividade de financiamentos	902.794	-
(-) Pagamento de amortização – empréstimos e financiamentos	(12.261.029)	(15.754.115)
(-) Outros pagamentos de atividades de financiamento	(230.018)	(137.419)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(7.588.253)	2.605.641
Variação líquida do caixa	249.437	104.912
Caixa – saldo inicial	417.697	312.785
Caixa – saldo final	667.134	417.697
Ativos livres no início do período	417.697	11.640.148
Ativos livres no final do período	21.243.727	417.697
Aumento (diminuição) nas aplicações financeiras – recursos livres	20.826.030	(11.222.451)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIMED SÃO CARLOS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em reais

1. Contexto operacional

A **Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico**, sediada em São Carlos -SP, tem por objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica, para sua defesa econômica social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades e aprimoramento dos serviços de assistência médica e hospitalar. Contava com 360 cooperados ao final de 2017 e com 349 em 2016. Para obter receitas necessárias e atingir seus objetivos, administra a carteira de planos privados de assistência à saúde, a qual contempla beneficiários de planos coletivos e individuais. Esses planos propiciam o atendimento às necessidades de saúde de seus usuários, mediante o acesso a rede própria de prestadores de serviços médicos (cooperados), hospitais, clínicas e laboratórios credenciados na sua cidade sede e região. Complementando as suas atividades a Cooperativa conta com um hospital 24 horas, quatro laboratórios, um núcleo de atenção integral a saúde - Viver Bem, um SOU - Saúde Ocupacional Unimed e um centro administrativo.

A cooperativa é dependente das diretrizes e normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, políticas de comercialização e reajustes de preços dos planos de saúde, e também de estabelecer normas financeiras e contábeis.

A Cooperativa possui registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), sob o número 35403-1.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/71, bem como as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela ANS, em consonância com o plano de contas padrão das operadoras de planos privados de assistência à saúde – OPS estabelecido na Resolução Normativa – RN 290, e posteriores alterações até a Resolução Normativa – RN 418.

Este conjunto de demonstrações financeiras foi preparada pela Cooperativa de acordo com o Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela ANS.

Essas demonstrações financeiras estão expressas em Real, que é a moeda funcional da Cooperativa, elas consideram o custo histórico como base de valor, salvo quando indicado de forma diferente.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, cuja autorização para sua conclusão foi dada por esta em 09 de fevereiro de 2017.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Cooperativa de dar continuidade as suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Cooperativa está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações financeiras.

As operações da Cooperativa são continuadas. Portanto, não há operação descontinuada para ter a segregação na demonstração do resultado do exercício.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Cooperativa nessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma:

a) Apuração das sobras ou perdas

As contraprestações pecuniárias, eventos indenizáveis, receitas e despesas são apropriadas obedecendo ao regime de competência. As contraprestações pecuniárias representam o valor justo recebido ou a receber pelo curso normal das atividades da Cooperativa.

- As contraprestações pecuniárias são reconhecidas: (i) quando o valor dos serviços prestados é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Cooperativa; e (iv) no momento que os serviços estejam disponíveis para os usuários, ou seja, quando os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao usuário.

- os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada e cooperados e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviços, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, ou seja, há eventos realizados por prestadores e cooperados que não são cobrados (avisados) em sua totalidade da Operadora ao final de cada mês, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de PEONA – Provisão para eventos ocorridos e não avisados.

b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos e essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para

contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Cooperativa revisa suas estimativas e premissas, em período não superior a um ano.

c) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Cooperativa reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Cooperativa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Cooperativa deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Cooperativa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Cooperativa possui aplicações financeiras e recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem os créditos de operações com planos de assistência à saúde e demais valores a receber.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado, se aplicável.

Em 31 de dezembro de 2017, não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos e não ocorreram operações desse tipo no decorrer do exercício.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

A Cooperativa reconhece os passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Cooperativa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Cooperativa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Cooperativa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, prestadores de serviços, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Representado por numerários em caixa e saldos em bancos conta movimento, conforme determinação da ANS em grupo titulado “disponível”.

e) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras livres são resgatáveis no prazo até 90 dias com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo o ganho ou perda registrado no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas, nos termos da RN nº 392/2015 e posteriores alterações da ANS, possuem cláusula restritiva de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira.

f) Créditos com plano de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, dos ingressos oriundos dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional e intercâmbio com as Unimed's.

g) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC

É registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. A Administração da Cooperativa, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

h) Estoques

Avaliados pelo custo de aquisição. Variações em relação aos valores de reposição ou de realização não são relevantes.

i) Investimentos

Representados por participações societárias no sistema cooperativista e atividade médica, são demonstrados ao valor de aquisição, somadas as incorporações de sobras e/ou dividendos ocorridos.

j) Imobilizado

Demonstrado pelo custo histórico de aquisição, acrescido de reavaliação espontânea em 2005, efetuada por peritos independentes e deduzida à depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. O imobilizado em andamento é demonstrado pelo custo já incorrido e pelo valor desembolsado, respectivamente. A Cooperativa inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômico. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação está calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em “Ingressos (dispêndios) patrimoniais” na demonstração do resultado. A Cooperativa não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

k) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

l) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Cooperativa revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (impairment), em contrapartida ao resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Com base nas análises da Administração, não foram necessárias provisões para recuperação de ativos em 31 de dezembro de 2017.

m) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Provisão de remissão: é constituída para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referentes à cobertura de assistência à saúde e foi calculada com base em nota técnica devidamente aprovada pela ANS, de acordo com as determinações da Resolução Normativa nº 148, de 3 de março de 2007 e normas posteriores.

Provisão para eventos ocorridos e não avisados - PEONA: destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Operadora. Constituída com base nos parâmetros previstos na Resolução Normativa – RN nº 160, da ANS e alterações posteriores. A Cooperativa tem aprovada pela ANS a metodologia própria de cálculo da provisão, baseada em estudo técnico atuarial.

Provisão de eventos a liquidar: representados pelos valores relativos à prestação de serviços médicos efetuados para a Cooperativa em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, nos termos da Resolução Normativa – RN nº 227/10 e Instrução Normativa – IN nº 32, da ANS.

Ressarcimento ao SUS: provisão face às demandas com o SUS, efetuadas conforme determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

n) Empréstimos e financiamentos

Atualizados pelos encargos contratuais incorridos até a data do balanço, ou seja, pelo regime de competência.

o) Imposto de renda e contribuição social

Calculados com base no resultado tributável das operações geradas com terceiros, às alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social sobre o lucro líquido, nos termos da legislação fiscal vigente. Sobre o resultado decorrente da operação com cooperados não há incidência desses tributos.

p) Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

q) Segregação entre circulante e não circulante

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

r) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Quando aplicável, os ativos e passivos não circulantes e os circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nos ingressos, dispêndios e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de dispêndios e ingressos financeiros no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

s) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Cooperativa possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Cooperativa, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Cooperativa revisa suas estimativas e premissas em período não superior a um ano.

t) Capital social

As cotas do capital social de cada cooperado são classificadas no patrimônio líquido. No caso de demissão, os cooperados tem seu capital social devolvido conforme o Estatuto Social e a legislação cooperativista.

u) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto conforme determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

4. Aplicações financeiras

Descrição	Modalidade	2017	2016
Aplicações garantidoras de provisões técnicas (i)		26.036.793	29.520.360
Bradesco S/A	FI/ RF ANS	190.642	176.418
Santander S/A	Saúde – ANS RF	2.326.741	2.154.603
Real / Santander	FI ANS	23.519.410	17.130.009
Bradesco S/A	CDB/FI ANS	-	1.812.174
Caixa Econômica Federal	CDB/FI ANS	-	13.285
Santander S/A	CDB ANS	-	8.232.789
Banco do Brasil	FI ANS	-	1.082
Aplicações livres		20.576.593	-
Itaú	FI	11.679.606	-
Bradesco S/A	CDB/FI	1.756.630	-
Caixa Econômica Federal	FI	72.998	-
Santander S/A	CDB	7.065.047	-
Banco do Brasil	FI	2.312	-
Total		46.613.386	29.520.360

As aplicações são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo representadas por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários.

As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, considerando o valor e a época da aplicação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

(i) A Cooperativa apresentou as aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas, nos termos da RN nº 392/15 e posteriores alterações da ANS. A vinculação deve ser realizada em Fundos Dedicados à Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições financeiras e sua utilização imediata necessitará de breve autorização pela ANS à instituição financeira.

5. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Descrição	2017	2016
Contraprestação pecuniária a receber		
Faturas a receber – PJ	2.666.473	2.933.823
Mensalidades a receber – PF	4.440.793	3.805.044
(-) Provisão para perdas sobre créditos (i)	(4.757.365)	(3.753.924)
	<u>2.349.901</u>	<u>2.984.943</u>
Outros créd. de oper. c/ planos de assist. à saúde	301.926	263.205
(-) Provisão para perdas sobre créditos (i)	(196.041)	(134.120)
Total	<u>2.455.786</u>	<u>3.114.028</u>

(i) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos.

6. Bens e títulos a receber / depósitos judiciais e fiscais

Descrição	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Estoques:				
Hospitais	1.339.036	-	1.330.592	-
Farmácias	165.353	-	575.880	-
Unilab	365.044	-	341.593	-
Almoxarifado centro adm.	648.282	-	702.861	-
Viver bem	23.212	-	15.122	-
	<u>2.540.927</u>	<u>-</u>	<u>2.966.048</u>	<u>-</u>
Cheques pré-datados	181.913	-	197.632	-
Cheques devolvidos	636.514	-	535.484	-
Cheques protestados	41.104	-	13.309	-
Cartões de créditos	107.120	-	179.818	-
Notas promissórias	27.012	-	27.012	-
Outros valores	631.507	-	957.231	-
Adiantamentos diversos	876.510	-	2.319.407	-
(-) Provisão para perdas	(859.349)	-	(245.683)	-
Total circulante	<u>4.183.258</u>	<u>-</u>	<u>6.950.258</u>	<u>-</u>
Depósitos judiciais:				
INSS – produção (i)	-	202.506	-	202.506
Trabalhistas	-	220.755	-	218.733
Cíveis (ii)	-	610.520	-	591.343
Total não circulante	<u>-</u>	<u>1.033.781</u>	<u>-</u>	<u>1.012.582</u>

(i) A Cooperativa contesta a exigibilidade do INSS sobre os valores da produção pagos aos cooperados que possuem cargo de administração na Cooperativa. Os depósitos estão suportados por provisão para riscos e contingências classificada no passivo não circulante.

(ii) Depósitos efetuados relativos às ações cíveis impetradas por usuários do plano de saúde, visando o recebimento de indenizações por alegação de suposta falha médica, as quais são objeto de contestações judiciais. Os depósitos estão suportados por provisão para riscos e contingências classificada no passivo não circulante.

7. Conta corrente com cooperados

Descrição	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Valores a receber de cooperados – IN 20 (i)	-	37.954.818	5.501.194	36.125.512
Outros créditos - cooperados	227.095	-	164.671	-
Total	227.095	37.954.818	5.665.865	36.125.512

(i) Corresponde a valores atualizados de lançamento de transferência de saldo devedor de “Sobras e Perdas Acumuladas” ocorrido em 2008, decorrentes do registro em contrapartida inicialmente das contingências passivas, que atualmente estão contempladas no saldo da conta de “Tributos e contribuições a recolher – parcelamento” apresentadas no passivo circulante e não circulante (nota explicativa 12), referindo-se a responsabilidade transferida aos cooperados pelo pagamento das exigibilidades envolvidas, permanecendo a realização dos referidos créditos vinculada à efetiva exigibilidade dos passivos correspondentes. Os registros foram realizados consoantes à faculdade prevista contida na Instrução Normativa nº 20 de 20/10/2008 da DIOPE/ANS e alterações posteriores, além de ratificados nas Assembleias Gerais Ordinárias. Segue conciliação dos saldos ativos e passivos:

Descrição	2017	2016
Tributos federais – parcelados (REFIS)	36.707.970	40.442.643
ISS – parcelado	1.246.848	1.184.063
Total passivo (circulante e não circulante)	37.954.818	41.626.706
Ativo circulante	-	5.501.194
Ativo não circulante	37.954.818	36.125.512
Total Ativo (circulante e não circulante)	37.954.818	41.626.706

Em 2017 a Cooperativa atendeu ao pedido da ANS de reclassificar para o ativo não circulante a integralidade do saldo, independente da expectativa de liquidação do passivo circulante e não circulante vinculado.

8. Investimentos

Descrição	2017	2016
Itaú S/A – Debêntures <i>(i)</i>	1.050.000	650.000
Central Nacional Unimed	189.287	189.287
Federação das Unimeds do Estado de São Paulo	848.919	848.919
Unimed Nordeste Paulista Federação Intrafederativa das Cooperativas Médicas	54.787	54.787
Aliança Nacional Cooperativista	4.433	4.433
Unimed Participações Ltda.	688.950	599.069
Unicred São Carlos	611.552	611.552
(-) Provisão para perdas	(4.433)	(4.433)
Total	3.443.495	2.953.614

(i) Adquirida da Companhia Vale do Rio Doce, representada em 31 de dezembro de 2017 pelo valor justo, não superior ao de sua realização.

9. Imobilizado

a. Composição do saldo

Descrição	Taxas de depre- ciação anual	Depreciação		2017	2016
		Custo	acumulada	Líquido	Líquido
<i>Imóveis de uso próprio – hospitalar</i>					
Edificações	2%	24.107.919	(1.869.048)	22.238.871	5.031.823
<i>Bens móveis – hospitalar</i>					
Máquinas e equipamentos	2% a 15%	7.009.586	(2.160.485)	4.849.101	5.398.684
Móveis e utensílios	6,66%	3.160.914	(703.742)	2.457.172	1.541.254
Outras	10%	1.566.933	(279.157)	1.287.776	121.323
<i>Outras imobilizações – hospitalar</i>					
Instalações	10%	19.742.835	-	19.742.835	-
Imobilizado em curso		-	-	-	13.593.847
Imobilizado em andamento	-	3.171.407	(752.296)	2.419.111	2.969.315
<i>Imóveis de uso próprio – não hosp.</i>					
Terrenos	-	516.905	-	516.905	516.905
Edificações	2% a 2,3%	7.964.608	(1.781.940)	6.182.668	6.487.640
<i>Bens móveis – não hospitalar</i>					
Máquinas e equipamentos	2% a 15%	2.215.427	(1.604.440)	610.987	867.558
Móveis e utensílios	6,66%	3.363.195	(1.640.800)	1.722.395	1.971.575
Veículos	5% a 10%	410.262	(494.795)	(84.533)	(39.085)
Equipamentos de informática	20%	4.460.272	(3.199.473)	1.260.799	1.500.644
Outras	10%	1.061.499	(302.211)	759.288	767.393
<i>Outras imobilizações – não hospitalar</i>					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	4.884.912	(745.475)	4.139.437	4.324.539
Total		83.636.674	(15.533.862)	68.102.812	45.053.415

As vidas úteis e valor residual, das edificações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e veículos, foram revisadas seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico CPC nº 27 – Ativo Imobilizado. Para os demais grupos do ativo imobilizado depreciáveis não houve alteração nos critérios e nos valores da depreciação desses bens, por não terem representação econômica relevante e por terem as suas vidas econômicas já aproximadamente representadas.

b. Movimentação do custo

Descrição	2016	Adições	Baixas	Transfer.	2017
<i>Imóveis de uso próprio – hospitalar</i>					
Edificações	6.607.526	-	-	17.500.393	24.107.919
<i>Bens móveis – hospitalar</i>					
Máquinas e equipamentos	6.799.588	78.188	(25.911)	157.721	7.009.586
Móveis e utensílios	2.036.766	77.091	-	1.047.057	3.160.914
Outras	223.596	-	-	1.343.337	1.566.933
<i>Outras imobilizações – hospitalar</i>					
Instalações	-	20.068.417	-	(325.582)	19.742.835
Imobilizado em curso	13.593.847	2.753.447	-	(16.347.294)	-
Imobilizado em andamento	3.171.407	-	-	-	3.171.407
<i>Imóveis de uso próprio – não hospitalar</i>					
Terrenos	516.905	-	-	-	516.905
Edificações	7.962.128	2.480	-	-	7.964.608
<i>Bens móveis – não hospitalar</i>					
Máquinas e equipamentos	2.183.951	22.447	(5.421)	14.450	2.215.427
Móveis e utensílios	3.200.241	192.468	(3)	(29.511)	3.363.195
Veículos	385.717	89.700	(65.155)	-	410.262
Equipamentos de informática	4.154.790	381.358	(79.913)	4.037	4.460.272
Outras	958.535	96.906	-	6.058	1.061.499
<i>Outras imobilizações – não hospitalar</i>					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.884.912	-	-	-	4.884.912
Total	56.679.909	23.762.502	(176.403)	3.370.666	83.636.674

c. Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	2016	Adições	Baixas	Transfer.	2017
<i>Imóveis de uso próprio – hospitalar</i>					
Edificações	(1.575.703)	(293.345)	-	-	(1.869.048)
<i>Bens móveis – hospitalar</i>					
Máquinas e equipamentos	(1.400.904)	(785.493)	25.912	-	(2.160.485)
Móveis e utensílios	(495.512)	(208.230)	-	-	(703.742)
Outras	(102.273)	(176.884)	-	-	(279.157)
<i>Outras immobilizações - hospitalar</i>					
Imobilizado em andamento	(202.092)	(550.204)	-	-	(752.296)
<i>Imóveis de uso próprio – não hospitalar</i>					
Edificações	(1.474.488)	(307.452)	-	-	(1.781.940)
<i>Bens móveis – não hospitalar</i>					
Máquinas e equipamentos	(1.316.393)	(292.470)	4.417	6	(1.604.440)
Móveis e utensílios	(1.228.666)	(414.435)	3	2.298	(1.640.800)
Veículos	(424.802)	(115.072)	45.079	-	(494.795)
Equipamentos de informática	(2.654.146)	(625.240)	79.913	-	(3.199.473)
Outras	(191.142)	(111.069)	-	-	(302.211)
<i>Outras immobilizações – não hospitalar</i>					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(560.373)	(185.102)	-	-	(745.475)
Total	(11.626.494)	(4.064.996)	155.324	2.304	(15.533.862)

10. Intangível

Descrição	Taxa anual de amortização	Amortização		2017	2016
		Custo	acumulada	Líquido	Líquido
Software	20%	4.980.360	(2.433.186)	2.547.174	2.166.592
PROMOPREV	20%	1.615.671	(1.615.671)	-	1.615.671
Total		6.596.031	(4.048.857)	2.547.174	3.782.263

11. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Descrição	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ressarcimento SUS (i)	4.710.412	2.034.686	3.953.889	2.352.273
Hospitais, Clínicas e laboratórios (ii)	2.607.630	-	2.965.246	-
Médicos cooperados (ii)	5.970.649	-	5.743.276	-
Intercâmbio (ii)	2.377.639	-	2.057.410	-
Provisão para remissão(iv)	457.581	797.462	447.731	543.981
Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA (iii)	7.086.525	-	9.406.650	-
Total	23.210.436	2.832.148	24.574.202	2.896.254

(i) Referente às cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/98. As cobranças advêm de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde de beneficiários do seu plano de saúde. Em 2014, a Administração da Cooperativa optou pelo parcelamento de débito em 180 parcelas e em 2017 optou em aderir ao PRD – Programa de Regularização de débitos não tributários, reparcelando os parcelamentos já realizados em 2015 e 2016.

(ii) Relativo aos serviços de assistência à saúde, realizados pelos cooperados, hospitais, clínicas e laboratórios credenciados, para cobertura de assistência médica dos usuários da Cooperativa.

(iii) Constituída com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução Normativa - RN nº 209 de 22 de dezembro de 2009 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e posteriores alterações, é destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que ainda não tenham sido avisados à Operadora. O valor apresentado em 31 de dezembro de 2017 corresponde à metodologia própria de cálculo da provisão, baseada em estudo técnico atuarial aprovado pela ANS.

(iv) Constituída sobre contratos comercializados que possuem cláusula de remissão das contraprestações pecuniárias, correspondente à continuidade de cobertura de assistência à saúde a usuários dependentes em caso de falecimento do titular do plano.

Adicionalmente as operadoras de plano de saúde do grupo estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pela RN ANS nº 392/15 e posteriores alterações da ANS:

- **Patrimônio mínimo ajustado:** capital base de R\$ 8.145.639 para 31 de dezembro de 2017, multiplicado pelo fator K, o qual depende da região de comercialização e do segmento da operadora;
- **Margem de solvência:** manter patrimônio líquido superior a 20% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses, ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses, dos dois o maior. O prazo máximo permitido para adequação é de 10 anos, onde as operadoras deverão observar a proporção cumulativa mínima de 1/120 avos por mês, a partir de janeiro de 2008;
- **Dependência operacional:** valor calculado com base na diferença, contada em dias, entre o prazo médio de pagamento de eventos e o prazo médio de recebimento de contraprestações, decorrente do ciclo financeiro da operação. Caso o resultado deste cálculo seja um valor positivo, será necessária a constituição de ativos garantidores. A dependência operacional foi revogada em agosto de 2010 pela RN ANS nº 227/10; e
- **Ativos garantidores:** as provisões técnicas exigem a constituição de garantias financeiras a serem mantidas de acordo com as regras estabelecidas pela RN ANS nº 392/15 e posteriores alterações da ANS. Em 31 de dezembro de 2017, as garantias financeiras eram constituídas exclusivamente por aplicações financeiras (vide nota explicativa 4).

12. Tributos e encargos sociais a recolher

Descrição	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Correntes:				
ISS	222.265	-	269.829	-
INSS	829.022	-	797.798	-
FGTS	287.257	-	262.965	-
Pis	39.870	-	51.704	-
Cofins	419.783	-	426.248	-
IRRF	499.967	-	529.611	-
ISS retido	18.923	-	8.867	-
CSLL, Pis e Cofins retidos	898.525	-	849.195	-
INSS retido	184.617	-	173.374	-
Outros	2.146	-	5.166	-
	<u>3.402.375</u>	<u>-</u>	<u>3.374.757</u>	<u>-</u>
Parcelamentos:				
PERT – PIS/COFINS (ii)	816.174	-	-	-
ISS	364.931	881.917	338.304	845.759
Refis - IN 20 (ANS) (i)	5.371.898	31.336.072	5.162.891	35.279.753
	<u>6.598.593</u>	<u>32.217.989</u>	<u>5.501.195</u>	<u>36.125.512</u>
Total	<u>10.000.968</u>	<u>32.217.989</u>	<u>8.875.952</u>	<u>36.125.512</u>

(i) Em 2009, a Cooperativa fez a adesão ao parcelamento de seus débitos com tributos federais, promovido pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que disciplina aspectos econômicos e tributários e uma nova realidade em relação aos valores e parcelamentos de tributos em atraso e contingentes, com importantes benefícios aos contribuintes. A homologação e consolidação dos débitos pela Receita Federal ocorreram em junho de 2011, Com isso, foi possível determinar pela Cooperativa o impacto financeiro de aproximadamente R\$ 27.096 mil, relativo ao benefício previsto na lei, quanto à redução das multas e juros dos débitos parcelados. Assim, o valor residual da obrigação consolidado pela Receita Federal em junho de 2011 foi de R\$ 49.474 mil, dividido em 160 parcelas mensais.

(ii) Em 2017, a Cooperativa fez o pedido de adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) para o parcelamento de débitos com tributos federais, estando pendente deferimento da Receita Federal do Brasil.

13. Empréstimos e financiamentos a pagar

Modalidade	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Capital de giro	20.762	-	1.109.609	18.512
Investimentos	4.231.796	20.184.645	4.329.806	23.084.133
Total	4.252.558	20.184.645	5.439.415	23.102.645

Os encargos contratuais para capital de giro são de 6,17% a 14,76% ao ano, e de investimentos 8% a 19,64% ao ano. Os vencimentos finais dos financiamentos do não circulante são de janeiro de 2019 a fevereiro de 2023. As garantias são alienações fiduciárias e avais dos diretores.

14. Provisões

Descrição	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
IRPJ – Corrente	-	-	1.280.470	-
CSLL – Corrente	21.881	-	714.750	-
Tributárias (i)	-	202.506	-	202.506
Cíveis (ii)	-	2.406.823	-	1.680.295
Trabalhistas (ii)	-	227.236	-	163.700
Total	21.881	2.836.565	1.995.220	2.046.501

(i) Tributárias: A Cooperativa discute na justiça a legitimidade dos valores de INSS sobre a produção paga aos cooperados que possuem cargo de administração na Cooperativa, para a qual há depósito judicial no valor de R\$ 202.506 em 31 de dezembro de 2017. A Administração da Cooperativa suportada pela assessoria jurídica, entende que a possibilidade de perda é possível, mas optaram em constituir provisão para contingências nas demonstrações financeiras, no valor do depósito judicial de R\$ 202.506 em 31 de dezembro de 2017, julgada suficiente para fazer face a eventuais perdas classificadas como possíveis que possam advir em função da existência de demandas que envolvam interpretações polêmicas a respeito da tributação pela União Federal de sociedades cooperativas.

(ii) Trabalhistas e cíveis: A Cooperativa está discutindo na justiça ações de naturezas indenizatórias e trabalhistas. Na opinião dos assessores jurídicos, o desfecho desses processos é de perda remota, possível ou provável em valores inferiores ao da causa. Dessa forma, a Administração optou em constituir provisão para contingências para fazer face à eventuais perdas futuras para as ações cíveis e trabalhistas com expectativa de perda provável estimada pelos assessores jurídicos da Empresa. Ainda, conforme os assessores jurídicos há demandas com expectativa de perda possível, cujos valores atualizados dessas demandas cíveis são de R\$ 6.829.434 (R\$ 3.798.672 em 2016) e trabalhistas de R\$ 912.600 (R\$ 587.600 em 2016) em 31 de dezembro de 2017. Há depósitos judiciais cíveis e trabalhistas nos valores de R\$ 239.382 (R\$ 591.343 em 2016) e R\$ 220.755 (R\$ 218.733 em 2016) em 31 de dezembro de 2017, respectivamente.

A Cooperativa no desenvolvimento normal de suas operações está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2017 é considerado suficiente pela administração e assessoria jurídica da Cooperativa para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.

15. Débitos diversos

Descrição	2017		2016
	Circulante	Não circulante	Circulante
Salários a pagar	996.868	-	888.917
Provisão de férias e encargos	4.092.701	-	3.787.782
Fornecedores de bens e serviços	6.210.069	-	5.332.762
Part. Resultados - Funcionários	474.698	-	-
Outras Receitas Antecipadas	180.000	645.000	-
Parcelamento PGFN (i)	2.283.710	8.183.295	-
Multas administrativas ANS	83.749	1.240.584	-
Outros diversos	248.768	-	595.399
Total	14.570.563	10.068.879	10.604.860

(i) Em 17 de agosto de 2017 a Cooperativa arrematou via Leilão da PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional o imóvel da antiga Casa de Saúde de São Carlos. O imóvel foi adquirido mediante a entrada no valor de R\$ 4.287.084,14 mais a antecipação no valor de R\$ 3.805.663,92 e o restante parcelado em 59 parcelas mensais com vencimento no último dia útil de cada mês, no valor de 185.348,67 acrescido de juros equivalentes a taxa referencial SELIC

16. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um só voto, independentemente do número de suas cotas partes.

A Administração da Cooperativa não reclassificou o saldo de capital social para o passivo não circulante de acordo com a interpretação técnica ICPC – 14, isto, baseada na resolução CFC nº 1.516/2017 de 25 de novembro de 2016 (última alteração), que definiu a adoção obrigatória da referida interpretação a partir de 1º de janeiro de 2018. Contudo, a lei nº 13.097/2015, em seu artigo 140, acrescentou ao artigo 24 da lei nº 5.764/1971, de 16 de dezembro de 1971, o parágrafo 4º definindo a classificação do capital social em contas de patrimônio líquido. A Cooperativa aguarda manifestação dos órgãos contábeis (CFC, CPC e ANS) para o adequado tratamento do assunto.

b. Reserva de reavaliação

A Administração da Cooperativa, com base na faculdade prevista na Lei nº 11.638/2007, decidiu pela manutenção da reserva de reavaliação até a sua realização final, que se dá por depreciação, baixa ou alienação dos bens reavaliados.

c. Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 10% para ao Fundo de reserva, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;

- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembléia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação da Cooperativa; e

- além dessas reservas outras poderão ser constituídas com fins de duração específicos em Assembléia Geral dos cooperados.

17. Sobra (perda) a disposição da AGO

A sobra apurada após a constituição das reservas legais e estatutárias, fica à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto a sua destinação, e são assim demonstradas:

Descrição	2017	2016
Resultado do exercício	23.590.778	(4.124.364)
Constituição de reservas legais e estatutárias:		
Fundo de reserva (10% da sobra do exercício)	(2.371.916)	-
RATES (5% da sobra do exercício)	(1.185.958)	-
Realização da reserva de reavaliação	128.380	78.186
Utilização da RATES	-	81.467
(Perda) sobras para deliberação da AGO	20.161.284	(3.964.711)

18. Contraprestações Líquidas

Correspondem as receitas oriundas de mensalidades e faturas de beneficiários de planos de assistência médico-hospitalar individuais e coletivos oferecidos pela Cooperativa.

19. Eventos Conhecidos ou avisados

Correspondem aos custos dos serviços de assistência médico-hospitalar prestados aos beneficiários da Cooperativa.

20. Ingressos (dispêndios) financeiros líquidos

Descrição	2017	2016
Ingressos financeiros		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.503.551	2.858.486
Juros recebidos	787.265	536.126
Variação monetária ativa	107.668	65.550
Descontos obtidos	276.489	257.695
Outras receitas financeiras	67.722	199.081
	<u>4.742.695</u>	<u>3.916.938</u>
Dispêndios financeiros		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.493.807)	(1.099.217)
Descontos concedidos	(560)	(9.764)
Variação monetária passiva	(209.152)	(7.672)
Tarifas bancárias	(803.163)	(603.066)
Tarifas com cartões de créditos	(35.321)	(18.743)
Outras despesas financeiras	(1.692.933)	(552.682)
	<u>(5.234.936)</u>	<u>(2.291.144)</u>
Total	<u>(492.241)</u>	<u>1.625.794</u>

21. Eventos conhecidos ou avisados – modalidade pré-pagamento

Referente aos planos individuais firmados posteriormente à lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e da modalidade de pré-pagamento, consistente com o saldo informado no DIOPS em 2017, em atendimento a Resolução Normativa 290/2012 da ANS:

Descrição	Consulta		Terapias	Internações	Demais	Outros	Total
	médica	Exame			despesas	atend.	
Rede própria	2.223.944	4.101.705	43.381	24.217.036	3.220.748	664	33.807.478
Rede contratada	8.261.355	6.906.745	1.472.925	11.291.283	3.255.960	11.629	31.199.897
Total	10.485.299	11.008.450	1.516.306	35.508.319	6.476.708	12.293	65.007.375

22. Atendimento às regulamentações da ANS

A Cooperativa encontra-se em contínuo processo de aprimoramento de seu sistema de controles internos e contábeis, visando o pleno e tempestivo atendimento às regulamentações emitidas pela ANS.

23. Gerenciamento de risco

A Cooperativa está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio, destacam-se:

a. Risco de crédito

O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados a seus clientes é atenuado pela venda a uma base pulverizada de clientes e pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência. A Cooperativa também está sujeita a risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Esse risco é atenuado pela restrição de suas operações a instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações em títulos públicos de renda fixa com liquidez imediata.

b. Risco de taxa de câmbio

Assim como as demais empresas atuantes no setor de saúde suplementar, a Cooperativa está sujeita aos efeitos da variação cambial sobre os custos dos serviços prestados, tendo em vista que parte dos medicamentos e materiais médico-hospitalares está vinculada à variação cambial. Neste caso, nenhuma ação específica é tomada além do monitoramento do mercado, tendo em vista que os efeitos eventualmente provocados pela variação da moeda não são significativos e não justificam a tomada de nenhuma posição financeira.

c. Risco de taxas de juros

O risco inerente de taxa de juros surge da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de juros vinculados aos indexadores TJLP, CDI e IPCA, sobre os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Para reduzir a exposição a variações nas taxas de juros do mercado local, a Cooperativa concentra suas aplicações financeiras em títulos públicos indexados à variação do CDI.

24. Cobertura de seguros

A Administração da Cooperativa mantém cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para bens do imobilizado e dos estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.
